

ENSINO DE HISTÓRIA

History Teaching

Prof. Dr. Alex Silva Costa

Doutor em História e Professor substituto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1689-4542>

E-mail: alexcostacosta37@gmail.com

Prof^a. Dr^a. Elisângela Coelho Morais

Doutora em História e Professora substituta da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0978-5628>

E-mail: elishst2@gmail.com

EDITORIAL

Nos últimos anos, o campo educacional brasileiro tem passado por intensas reformas legislativas, muitas vezes motivadas por razões políticas e econômicas sob a pretensa justificativa de edificar “aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea” (Brasil, 2018, p. 465), mas o que percebemos foi uma desastrosa tentativa de reforma curricular que afetou negativamente o processo educacional brasileiro, somando-se a isso, tivemos o quadro emergencial de saúde pública da COVID- 19 que assolou o mundo em 2020, resultou num desafio para a evolução da educação em todas as suas instâncias.

As pretensas mudanças educacionais têm impactado significativamente o currículo da disciplina de História, principalmente nos campos da História Antiga e da História Medieval, áreas cruciais para o desenvolvimento de uma compreensão crítica do passado e, conseqüentemente, do presente. A primeira edição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresentada em setembro de 2015, foi acusada de ausentar o ensino da História da Antiga e da Idade Média, ela estaria centrada na História do

Brasil e caracterizava-se, “pelo significativo esforço de romper com uma narrativa histórica de viés eurocêntrico, na qual o Brasil surge no período das Navegações, e pela promoção de medidas que retiram a história indígena e afro-brasileira das margens da História escolar” (Lima, 2019, p. 4). A primeira versão pensava que ao afastar os conteúdos eurocêntricos da sala de aula estaria focando sua atenção no Brasil, a questão é que desde a colonização europeia estamos em contatos com a cultura e imposição do colonizador europeu, desvencilhar-se disso promoveria um esvaziamento histórico, um silenciamento do outro.

Este dossiê busca destacar a importância do ensino de História Antiga e Medieval no currículo escolar, apresentando pesquisas e reflexões sobre como essas disciplinas contribuem para o desenvolvimento de habilidades críticas e analíticas. Assim cremos, que “ao tomar a Península Ibérica como núcleo gerador da consciência histórica a respeito da Idade Média, o ensino de História cumpriria melhor o seu papel de revelar aos estudantes aspectos de nosso passado que continuam a interagir com o presente” (Macedo, 2004, p. 116). Além disso, pretende-se evidenciar as estratégias de resistência e as iniciativas pedagógicas inovadoras que os professores têm adotado para assegurar que essas áreas do conhecimento continuem a ser valorizadas e ensinadas.

Consideramos que o ensino da História Antiga e Medieval não são apenas conteúdo a serem transmitidos porque fazem parte da linha do tempo cronológico da História; são ferramentas essenciais para a formação de cidadãos com pensamento crítico e capacidade de análise complexa do seu passado colonizador. No entanto, com as recentes reformas educacionais, observa-se uma tendência preocupante de marginalização dessas disciplinas. A redução de sua presença nos currículos é frequentemente justificada pela necessidade de focar em áreas consideradas mais “práticas” ou “úteis” para o mercado de trabalho. Esse enfoque utilitarista desconsidera o valor intrínseco de uma educação humanística ampla, fundamental para a formação de indivíduos capazes de questionar, refletir e participar ativamente da sociedade. Professores de História Antiga e Medieval têm se posicionado firmemente contra essas reformas, argumentando que a exclusão ou diminuição dessas disciplinas empobrece o currículo escolar e universitário. Eles destacam que o estudo das sociedades antigas e medievais oferece perspectivas únicas sobre a evolução das estruturas sociais, políticas e culturais, além de proporcionar uma compreensão mais profunda das raízes históricas de muitos dos desafios contemporâneos.

Pesquisar a funcionalidade dos estudos de História Antiga e Medieval no Brasil parece ser uma tarefa difícil, no entanto, eles nos dão respostas sobre a formação da nossa identidade nacional ao analisar a cultura dos nossos colonizadores, se evidenciarmos os encontros culturais de europeus, indígenas e africanos nessa nação híbrida perceberemos que todos contribuíram culturalmente para nossa formação. De todo modo, pensamos que somos sujeitos híbridos e não pertencemos a uma cultura pura e intocável, ou seja, estivemos em contato e conectados muitas vezes, e de fato, ainda permanecemos com a cultura europeia e africana. Tal questão, valoriza nossos estudos na longa duração e legitima o pensamento ao qual os estudos abordados em nossa área são tão importantes como os de outras áreas do campo da História. Além disso, “as raízes do Brasil evidentemente antecedem o Brasil. Elas são anteriores a 1500. Elas encontram-se no período que há muito se convencionou chamar de Idade Média” (Franco Júnior, 2008, p. 82). E mais, segundo José Rivair Macedo, para nós brasileiros faz muito sentido, “compreender a formação dos povos ibéricos, pois isso nos permite compreender melhor nossas características herdadas, parte de nosso modo de ser e de pensar. Tendo isso em mente, aliás, o ensino de História Medieval ganha outra dimensão” (Macedo, 2004, p. 116).

Em um contexto em que há uma pressão crescente para formar alunos voltados exclusivamente para a inserção no mercado de trabalho, muitas vezes com dificuldade de questionar ou criticar, é fundamental reafirmar o papel da educação histórica como um pilar essencial na construção de uma sociedade democrática e informada do seu passado. A preservação e valorização das disciplinas de História Antiga e Medieval são, portanto, uma luta não apenas pela manutenção de conteúdos específicos, mas pela própria essência de uma educação que promove o pensamento crítico e a cidadania ativa.

A primeira seção da revista apresenta uma coleção de artigos que exploram diferentes perspectivas da relação entre História e Ensino, o artigo de abertura temos Ana Livia Bomfim Vieira, em “O pensamento místico grego e o pensamento complexo: uma reflexão sobre o ensino de história da Antiguidade a partir da proposta de Edgar Morin”, discute como o pensamento complexo de Edgar Morin pode enriquecer o ensino de história antiga, enfatizando a interconexão de saberes e a complexidade das sociedades antigas. João Augusto Moretti Junior e Jaime Estevão dos Reis, no artigo “A Regra dos Templários como um Manual de Guerra: disciplina, obediência e hierarquia

militar”, analisam a Regra da Ordem dos Cavaleiros Templários, destacando a fusão de valores religiosos e militares na construção de uma instituição medieval disciplinada e hierárquica. Bruno Casseb Pessoti, em “Os Vikings, a Identidade Franca e as propostas de reconfiguração do poder na França do século X pelas perspectivas de um monge beneditino”, explora a obra do monge Richer de Saint Remi, focando nas invasões normandas e suas implicações para a identidade e coesão dos francos.

Outros artigos do dossiê incluem “O conhecimento e o ensino no Islã Medieval”, de Elisângela Coelho Morais, que aborda o papel central do conhecimento no Islã medieval, destacando instituições educacionais e a significativa contribuição das mulheres, também voltando o olhar ao feminino, temos Elizabeth Sousa Abrantes, Natasha Nickolly Alhadeff Sampaio Mateus e Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus, em “Mulheres do Medievo: representações femininas nos livros didáticos de História”, analisando as representações de mulheres medievais em livros didáticos, ressaltando a necessidade de abordagens que evidenciem o protagonismo feminino. Fabio Henrique Monteiro Silva, em “O Samba Enredo e o Ensino de História do Tempo Presente”, estuda o uso do samba enredo como ferramenta de ensino de História do Tempo Presente, destacando sua relevância na construção da identidade nacional. João Batista da Silva Porto Júnior e Renan Marques Birro, no artigo “Intrometendo-se no Livro Didático: uma proposta para o uso de realidade aumentada (AR) no Ensino de História Medieval”, propõem o uso de realidade aumentada para enriquecer o ensino de História Medieval, explorando a interseção entre Humanidades Digitais e História Digital.

Ainda na temática de ensino, José Maria Gomes de Souza Neto, em "Cinema, cinemas, filmes: o “Cineclube” como instrumento de Ensino da História Antiga", discute o uso de filmes no ensino de História Antiga, propondo uma metodologia para sua aplicação em sala de aula. Marcio Felipe Almeida da Silva, em “A Simulação de uma Formação Hoplita como estratégia de Ensino”, descreve um projeto educacional que utiliza a simulação de formações hoplitas para ensinar História Antiga, destacando o envolvimento ativo dos alunos. Sergio Alberto Feldman, no artigo “Livros Didáticos e a Bíblia como Fonte Histórica: (Des)Caminhos da História Antiga Ensinada no Ensino Fundamental”, analisa o uso da Bíblia como fonte histórica em livros didáticos do Ensino Fundamental, discutindo tendências e desafios. Walter Lippold, em “O ensino de História da África e a crítica ao eurocentrismo: apontamentos desde Fanon”, critica o

eurocentrismo no ensino de História da África, propondo uma abordagem decolonial no currículo escolar, inspirada pelo pensamento de Frantz Fanon.

O dossiê ainda inclui artigos sobre temas diversos que complementam e expandem a discussão sobre o ensino de História. Em “Antes da Colonização já havia Civilização: As Estearias e os Povos Aquáticos da Baixada Maranhense”, Alexandre Guida Navarro, João Costa Gouveia Neto e Karen Cristina da Costa Conceição discutem a existência de uma civilização complexa na Baixada Maranhense antes da colonização, destacando a importância de valorizar a pré-história brasileira. Alex Silva Costa, no artigo “O contraditório na Estigmatização de Francisco de Assis na *Legenda Perusina (LP)* e no *Espelho da Perfeição (SP)*”, analisa representações contraditórias dos estigmas de Francisco de Assis em diferentes hagiografias. Angelita Marques Visalli, em “Falar sobre a Nudez: uma abordagem a partir da experiência de Francisco de Assis (1182-1226) em Hagiografia e Imagem”, explora as diversas interpretações culturais e históricas sobre a nudez de Francisco de Assis. Elba Fernanda Marques, em “Fé, Leitura e Evangelização: o jornal Mensageiro da Paz e a revista A Seara como instrumentos de educação e orientação doutrinária”, estuda o papel da imprensa evangélica na mobilização política e formação de uma cultura política entre os fiéis da Igreja Assembleia de Deus no Brasil. Meire Aparecida Lóde-Nunes, no artigo “A Justiça nos Séculos XIII e XIV Segundo Giotto Di Bondone e Tomás De Aquino: Imagens e Textos como Fonte”, analisa o conceito de justiça nas obras de Giotto di Bondone e Tomás de Aquino, explorando visões teológicas e artísticas.

A revista também apresenta uma entrevista e resenhas críticas que enriquecem a discussão sobre ensino e história. A entrevista com o Prof. Dr. Fernando Pereira dos Santos, conduzida por Paloma Caroline Catelan, aborda as contribuições acadêmicas do professor e suas perspectivas sobre o ensino de história e cultura social.

E fechando a edição, temos as já tradicionais as resenhas críticas, uma sobre a publicação, *A quem cabe formar o(a) professor(a) de história?: os caminhos e debates em torno da construção de um ethos de formação*, da autora Renata Augusta dos Santos Silva. Publicado em 2023 pela FGV Editora, resenhado por Camila Rabelo Pereira, O livro *Educação Histórica: entre o ensino e pesquisa de Washington Tourinho Júnior* publicado pela EDUFMA, em 2022, resenhado por Denilson Costa Pinheiro. E o “Guia Didático e Histórico de Verbetes Sobre A Morte e o

Morrer” de Mara Regina do Nascimento e Mauro Dillmann em resenha feita por Patrícia Marques de Souza.

Convidamos os leitores a explorar os artigos deste dossiê, que oferecem uma análise aprofundada das questões atuais enfrentadas pelos educadores e destacam a importância contínua das disciplinas de História Antiga e Medieval em nossos currículos e outras instâncias do conhecimento histórico que também são afetadas a todo momento. Por isso, cremos como Franco Júnior (2008) quando afirma ninguém que se interesse pelos fenômenos religiosos negaria a importância de manifestações como as peregrinações a Aparecida do Norte e Juazeiro ou a impressionante procissão do Círio de Nazaré, em Belém do Pará: “Mas talvez poucos associariam essas atuais expressões religiosas brasileiras a um traço fundamental da mentalidade medieval, o contratualismo, ou seja, a troca de serviços humanos por favores divinos” (Franco Júnior, 2008, p. 94). Propiciar uma reflexão sobre tais considerações são importantes para que reconheçamos a importância dos estudos de História Antiga e Medieval, uma vez que ele reverbera em práticas culturais e religiosas do nosso Brasil contemporâneo. Por isso, esperamos que esta coleção de trabalhos inspire novas discussões, debates, pesquisas e ações em defesa de uma educação mais completa, humanista, que valorize a extensão do tempo histórico de forma a não privilegiar nenhum período histórico como mais importante que outro.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.
- FRANCO JR, Hilário. Raízes Medievais do Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n.78, p. 80-104, junho/agosto 2008.
- LIMA, Douglas Mota Xavier de. Uma História contestada: A História Medieval na Base Nacional Comum Curricular (2015-2017). **ANOS 90**, Porto Alegre, v. 26, p. 1-21, 2019.
- MACEDO, José Rivair. Repensando a Idade Média no ensino de História. *In: História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. Leandro Karnal (Org.). 2ed°. São Paulo; Contexto, 2004.